



Disposições gerais e transitórias. b) DIREITO PENAL: Conceito de Direito Penal. Características e funções do Direito Penal. Princípios básicos do Direito Penal. Relações com outros ramos do direito. Política criminal. Criminologia. Crimes de responsabilidade (Lei n. 1.079/50). Crimes de abuso de autoridade (Lei n. 4.898/65). c) DIREITO PROCESSUAL PENAL: jurisdição e competência; competência da Justiça Federal: matéria penal; conexão e continência; conflitos de competência; perpetuatio jurisdictionis. d) DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Espécies de tutela jurisdicional: cognição e execução; jurisdição e ação. Classificação das ações. Condições da ação e pressupostos processuais. Competência. e) DIREITO CIVIL: ato ilícito; abuso de direito; indenização de dano material e moral; enriquecimento sem causa. f) DIREITO ADMINISTRATIVO: Domínio público: conceito. Bens públicos: conceito e características, utilização, regime e espécies. Alienação de bens. Regime jurídico administrativo dos bens da União. Retrocessão. Formas de intervenção do Estado na propriedade. Limitações administrativas, tombamento, requisição, servidão e desapropriação. g) DIREITO PREVIDENCIÁRIO: Seguridade. Natureza, fontes e princípios. Eficácia e interpretação das normas de Seguridade. h) DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO: Sistema tributário. Limitações constitucionais à tributação. Discriminação constitucional das rendas tributárias. Competência tributária. i) DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: Protocolo de Assunção. Protocolo de Ouro Preto. Protocolo de Olivios. Protocolo de Las Leñas. j) DIREITO AMBIENTAL: Tutela penal do meio ambiente. Fundamentos. Crimes ambientais. Lei n. 9.605/89. Responsabilidade penal da pessoa jurídica. 2. a) DIREITO CONSTITUCIONAL: Da ordem econômica. Intervenção no domínio econômico: formas e limites de intervenção; repressão ao abuso do poder econômico. Da comunicação social. b) DIREITO PENAL: Teoria geral da culpabilidade: fundamentos, conceito, elementos e conteúdo. Princípio de culpabilidade. Culpabilidade e pena. Causas de exclusão da culpabilidade. Erro de proibição. Crimes contra o serviço postal e de telegrama (Lei n. 6.538/78). Crimes contra os serviços de telecomunicações (Lei n. 9.472/97). Infrações penais no estatuto do estrangeiro (Lei n. 6.815/80). c) DIREITO PROCESSUAL PENAL: sujeitos do processo: Juiz; Ministério Público; acusado e seu defensor; assistente; curador do réu menor; auxiliares da justiça. Processos incidentes; atos processuais; forma; lugar; tempo; comunicação dos atos processuais. d) DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Sujeitos do processo. Juiz. Partes; litisconsórcio e intervenção de terceiros. Advogados. Ministério Público. Auxiliares. e) DIREITO EMPRESARIAL E COMERCIAL: Teoria da Empresa; empresário, empresa e estabelecimento; estabelecimento empresarial: conteúdo e elementos; propriedade industrial. f) DIREITO ADMINISTRATIVO: Direito Administrativo Regulador. Agências: Reguladoras e Executivas. O regime jurídico das Agências Reguladoras: natureza jurídica, características, contrato de gestão, pessoal e poder normativo. A concessão de serviços: conceito e características. Direitos do concedente e do concessionário. Equilíbrio do contrato. Formas de extinção. As permissões e autorizações. As parcerias da Administração Pública. Parcerias público-privadas. g) DIREITO PREVIDENCIÁRIO: Regime geral. Segurados e dependentes. Inscrição e filiação. Qualidade de segurado. Manutenção e perda. h) DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO: Repetição de indébito. Tributos diretos e indiretos. Decadência e prescrição. Correção monetária. i) DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: Personalidade internacional. Estado. Imunidade à jurisdição estatal. Consulados e embaixadas. Organizações internacionais. j) DIREITO AMBIENTAL: Direito ambiental. Conceito. Objeto. Princípios fundamentais. Princípios do direito ambiental na Constituição Federal de 1988. 3. a) DIREITO CONSTITUCIONAL: Nacionalidade e cidadania. Direitos políticos e partidos políticos. Alistamento. Elegibilidade e inelegibilidade. Suspensão e perda dos direitos políticos. b) DIREITO PENAL: Concurso de agentes: autoria e participação. Conduta delituosa. Resultado. Relação de causalidade. Imputação. Crimes contra a ordem tributária, econômica e relações de consumo. Crimes contra o sistema financeiro nacional (Lei n. 7.492/86). Art. 334 do Código Penal (contrabando e descaminho). c) DIREITO PROCESSUAL PENAL: prisão e liberdade provisória; julgados especiais federais penais; quebra de sigilo fiscal e de dados; interceptações de comunicação. d) DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Atos processuais: forma, tempo, lugar e prazos. Comunicações dos atos. Nulidades. e) DIREITO CIVIL: contratos: normas gerais, função social e boa-fé; formação e extinção; formação, revisão judicial e extinção; compra e venda; doação; locação; empreitada; mandato; fiança; transação. f) DIREITO ADMINISTRATIVO: Servidores públicos: regimes jurídicos; cargos e funções; direitos e deveres dos servidores estatutários; regime e processo disciplinar. O servidor estatutário e o empregado público. g) DIREITO PREVIDENCIÁRIO: Seguridade Social. Saúde, Previdência e Assistência. Distinções. h) DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO: Fontes do direito tributário. Legislação tributária: normas complementares; vigência da legislação tributária; interpretação da legislação tributária. i) DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO: Conflito de leis no espaço. Elemento de conexão. Reenvio. j) DIREITO AMBIENTAL: Repartição de competências em matéria ambiental. Critério. Classificação. Licenciamento ambiental e estudo prévio de impacto ambiental. 4. a) DIREITO CONSTITUCIONAL: O direito de propriedade na Constituição. Função social da propriedade. Desapropriação por necessidade ou utilidade pública; desapropriação por interesse social. Reforma agrária. Regime das jazidas. Direito urbanístico. Direitos e garantias individuais. Direitos explícitos e implícitos. Classificação dos direitos explícitos. b) DIREITO PENAL: A lei penal: características; fontes; interpretação; vigência e aplicação. Lei penal no tempo e no espaço. Imunidade. Condições de punibilidade. Concurso aparente de normas. Crimes nas licitações e contratos da Administração Pública (Lei n. 8.666/93). Artigo 289 do Código Penal (moeda falsa). c) DIREITO PROCESSUAL PENAL: prova; ônus da prova; procedimento probatório; provas em espécie; provas ilícitas. d) DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Formação, suspensão e extinção do

processo. Procedimentos. Procedimento sumário. Petição inicial. e) DIREITO CIVIL: prescrição e decadência; obrigações: modalidades, transmissão; adimplemento e extinção; inadimplemento; mora, cláusula penal, juros. f) DIREITO ADMINISTRATIVO: A responsabilidade civil do Estado e dos prestadores de serviços públicos: conceito, teorias e elementos; a reparação do dano; a ação regressiva; responsabilidade administrativa, civil e penal do servidor. g) DIREITO PREVIDENCIÁRIO: Previdência Social Rural e Previdência Social Privada. Regimes especiais. Regime previdenciário do servidor estatutário. Previdência complementar. h) DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO: Obrigação principal e acessória. Sujeito ativo e sujeito passivo. Solidariedade. Capacidade. Domicílio tributário. Responsabilidade tributária, sucessão, responsabilidade por infrações. i) DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: Proteção Internacional dos Direitos Humanos. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Direitos civis, políticos, econômicos e culturais. Mecanismos de implementação. Noções gerais. j) DIREITO AMBIENTAL: Proteção às florestas. Código florestal (Lei n. 4.771/65). Lei n. 11.284/2006. 5. a) DIREITO CONSTITUCIONAL: Os Estados-membros na Constituição: organização, natureza e conteúdo da autonomia constitucional do Estado-membro. Competências estaduais. Intervenção federal nos Estados-membros. Competência municipal, organização política e administrativa dos Municípios. Intervenção nos Municípios. b) DIREITO PENAL: Teoria geral da pena. Cominação das penas. Penas privativas de liberdade. Penas restritivas de direitos. Regimes de pena. Pena pecuniária. Medidas de segurança. Aplicação da pena. Os fins da pena. Livramento condicional e suspensão condicional da pena. Efeitos da condenação. Execução penal (Lei n. 7.210/84). c) DIREITO PROCESSUAL PENAL: processo; pressupostos; sistemas; espécies; atos jurisdicionais; despachos; decisões interlocutórias; sentenças; prazos. d) DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Resposta do réu. Revelia. Providências preliminares. Julgamento conforme o estado do processo. e) DIREITO CIVIL: posse e propriedade; condomínio; composses; usufruto; direitos reais de garantia: normas gerais; penhor; hipoteca; propriedade resolúvel e fiduciária. f) DIREITO ADMINISTRATIVO: Administração Direta (órgãos públicos: conceito, espécies, regime). g) DIREITO PREVIDENCIÁRIO: Custeio. Salário de contribuição. Limites. Reajustes. h) DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO: Tributos: conceito e espécies. Impostos. Taxas. Contribuições e empréstimo compulsório. Os preços públicos. i) DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: Domínio público internacional. Mar. Águas interiores. Mar territorial. Zona contígua. Zona econômica. Plataforma continental. Alto-mar. Rios internacionais. Espaço aéreo. Princípios elementares. Normas convencionais. Nacionalidade das aeronaves. Espaço extra-atmosférico. j) DIREITO AMBIENTAL: Zoneamento ambiental e Espaços especialmente protegidos. Unidades de conservação. Unidades de Proteção Integral e de Uso Sustentável. Zoneamento para pesquisas. Áreas de proteção ambiental. Zoneamento nos parques públicos. 6. a) DIREITO CONSTITUCIONAL: Poder Executivo: atribuições e responsabilidades do Presidente da República. Poder regulamentar; poder regulador e as agências administrativas. Administração pública. Servidores civis e militares. Acumulação remunerada. Responsabilidade jurídica das pessoas jurídicas públicas. b) DIREITO PENAL: Ilícitude. Causas de exclusão da ilicitude: estado de necessidade; legítima defesa; estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de direito. Crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei n. 9.613/98). c) DIREITO PROCESSUAL PENAL: coisa julgada; revisão criminal; execução das penas e das medidas de segurança; sistemas de prisão. d) DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Questões. Declaração incidente. Direito probatório. Audiência de instrução e julgamento. Recursos. e) DIREITO EMPRESARIAL E COMERCIAL: títulos de crédito; normas gerais; emissão; endosso; aval; vencimento; pagamento; protesto; letra de câmbio; nota promissória; cheque; duplicata; ação cambiária. f) DIREITO ADMINISTRATIVO: Poder de polícia: conceito, origem, função, limites extensivos. Poder regulamentar. Regulamentos administrativos de execução ou autônomos. g) DIREITO PREVIDENCIÁRIO: Prestação. Carência. Benefícios. Renda Mensal Inicial. Aposentadorias, auxílios e pensões. Prescrição. h) DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO: Limitações constitucionais à tributação: legalidade e anualidade; imunidade e isenção; imunidades recíprocas. i) DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO: Homologação de sentenças estrangeiras. Cartas rogatórias. j) DIREITO AMBIENTAL: Recursos hídricos. Competência legislativa. Competência material. Proteção do meio marinho. Proteção das águas doces. Poluição das águas. 7. a) DIREITO CONSTITUCIONAL: Poder Legislativo: organização e atribuições. Processo legislativo. Cláusulas pétreas. Iniciativa legislativa. Normas constitucionais e o processo legislativo. Orçamento. O Tribunal de Contas. Natureza e atribuições. b) DIREITO PENAL: Teoria do tipo. O tipo do crime doloso e o tipo do crime culposo. Crime qualificado pelo resultado e preterdoloso. Erro de tipo. Classificação jurídica dos crimes. Crimes comissivos e omissivos. Crimes de dano e de perigo. Crimes contra a Seguridade Social (Lei n. 8.112/91). Artigos 168-A e 337-A do Código Penal. c) DIREITO PROCESSUAL PENAL: nulidades; relações jurisdicionais com autoridade estrangeira. d) DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Sentença e coisa julgada. Juizados Especiais Federais. e) DIREITO CIVIL: responsabilidade civil; elementos; excludentes; responsabilidade por fato de outrem; teorias objetiva e subjetiva. f) DIREITO ADMINISTRATIVO: Administração indireta: autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações. Principais características de cada regime jurídicos. g) DIREITO PREVIDENCIÁRIO: Cálculo de benefícios. Valores mínimo e máximo. Reajustes, revisões e valor real. h) DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO: O processo tributário: princípios. O processo administrativo-tributário. O processo judicial-tributário. Execução fiscal. Ação anulatória de débito fiscal. O mandato de segurança. A ação de consignação em pagamento. Ação cautelar fiscal. i) DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: Tribunal Penal Internacional. Evolução histórica. Competência. Procedimento. Natureza das decisões. Delitos

internacionais. j) DIREITO AMBIENTAL: Produtos tóxicos. Controle. Transporte. Lei n. 7.802/89. Agrotóxicos na Constituição Federal de 1988. 8. a) DIREITO CONSTITUCIONAL: Poder Judiciário: organização. Natureza da função jurisdicional. Garantias da magistratura. Supremo Tribunal Federal. Conselho Nacional de Justiça. Superior Tribunal de Justiça. Conselho da Justiça Federal. Tribunais Regionais Federais. Justiça Federal de 1º Grau. Os Juizados Especiais e as Turmas Recursais. Lei Orgânica da Magistratura Nacional. b) DIREITO PENAL: Teoria geral do crime: conceito; objeto; sujeitos; conduta; tipicidade; culpabilidade. Bem jurídico. Tempo e lugar do crime. Erro. Concurso de crimes e crime continuado. Crimes contra a organização do trabalho. Lei sobre drogas (Lei n. 11.343/2006). c) DIREITO PROCESSUAL PENAL: recursos; processo nos crimes de abuso de autoridade. d) DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Tutela de urgência: antecipação da tutela satisfativa e tutela cautelar. Medida cautelar fiscal. e) DIREITO EMPRESARIAL E COMERCIAL: sociedades empresárias: personificadas e não personificadas; sociedade simples; sociedade limitada; sociedade anônima; sociedade cooperativa; sociedade dependente de autorização. f) DIREITO ADMINISTRATIVO: Administração pública como função do Estado. Princípios regentes do Direito Administrativo constitucionais e legais, explícitos e implícitos. A publicização do terceiro setor (as organizações sociais e as OSCIPs). g) DIREITO PREVIDENCIÁRIO: Serviços. Habilitação, reabilitação e serviço social. h) DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO: Constituição do crédito tributário: lançamento e modalidades. i) DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO: Prestação de alimentos. Convenção de Nova Iorque sobre cobrança de alimentos no estrangeiro. Decreto Legislativo n. 10/58 e Decreto n. 56.826/65. Noções gerais. Competência da Justiça Federal. Hipóteses. Procedimento. j) DIREITO AMBIENTAL: Recursos minerais. Aproveitamento de jazidas e a lavra. Aplicação do Código de Minas (Decreto-lei n. 2.27/67) e da Lei 7.805/89). Pesquisa e lavra em terras indígenas. 9. a) DIREITO CONSTITUCIONAL: Funções essenciais à Justiça. Ministério Público. Conselho Nacional do Ministério Público. Advocacia. Defensoria Pública e Advocacia-Geral da União. b) DIREITO PENAL: Punibilidade: causas de extinção da punibilidade. Iter criminis. Consumação e tentativa. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime impossível. Crimes hediondos (Lei n. 8.072/90). Artigo 273 do Código Penal (falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais). c) DIREITO PROCESSUAL PENAL: direito processual penal; conceito; finalidade; caracteres; princípios; condições da ação; processo nos crimes de entorpecentes. d) DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Cumprimento da sentença: modalidades. Execução de título extrajudicial: modalidades. Execução contra a Fazenda Pública. Meios de oposição do devedor e de terceiros. Impugnação e embargos. e) DIREITO CIVIL: pessoas naturais; pessoas jurídicas: direitos da personalidade; desconsideração da personalidade jurídica; capacidade. f) DIREITO ADMINISTRATIVO: Ato administrativo: conceito, espécies, elementos e requisitos. Vícios dos atos administrativos. Principais classificações dos atos administrativos. Procedimento administrativo. Controle dos atos da Administração. Controle administrativo e jurisdicional. Limites do controle jurisdicional. Mandado de Segurança. Ação Popular. Ação Civil Pública. Improbidade administrativa. g) DIREITO PREVIDENCIÁRIO: Contribuições sociais. Natureza e espécies. h) DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO: Impostos federais: impostos sobre o comércio exterior, imposto sobre produtos industrializados (IPI), imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários (IOF). i) DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: Personalidade internacional. Nacionalidade. Estrangeiros. Vistos. Deportação. Expulsão. Extradicação. Asilo político. j) DIREITO AMBIENTAL: Proteção do meio ambiente em juízo. Ação civil pública. Ação popular. Mandado de segurança e de injunção. 10. a) DIREITO CONSTITUCIONAL: República e federação no Direito Constitucional. Repartição das competências. União: bens e competência. Competência exclusiva, comum e concorrente. b) DIREITO PENAL: Direito Penal e Constituição. A parte especial do Código Penal e os crimes em espécie. Elementares e circunstâncias. Causas de aumento e diminuição das penas. Armas de fogo (Lei n. 10.823/2003). c) DIREITO PROCESSUAL PENAL: persecução penal; ação civil ex delicto; inquérito e ação penal; habeas corpus. d) DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Tutela de direitos coletivos lato sensu. Ação civil pública. Ação popular. Jurisdição constitucional. e) DIREITO EMPRESARIAL E COMERCIAL: contratos e obrigações mercantis: normas gerais; comissão mercantil; mútuo; abertura de crédito; depósito; arrendamento mercantil (leasing); franquia empresarial (franchising); faturização (factoring); transporte; agência e distribuição; falência e recuperação judicial e extrajudicial do empresário e da sociedade empresária. f) DIREITO ADMINISTRATIVO: Licitações: fundamento constitucional. O regime de licitações da Lei 8.666/93 e alterações. Dispensa e inexigibilidade. Revogação e anulação, hipótese e efeitos. Contrato administrativo: conceito e características; invalidação; espécies; inexecução e rescisão. g) DIREITO PREVIDENCIÁRIO: Ação previdenciária. Justificação. Tempo de serviço e tempo de contribuição. Juizado Especial Federal: questões previdenciárias. h) DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO: Suspensão da exigibilidade do crédito tributário: mandato de segurança; extinção; modalidades; pagamento; compensação; remissão; decadência; prescrição; decisão administrativa e decisão judicial; exclusão; isenção, anistia. i) DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: Tratado: conceito, validade, efeitos, ratificação, promulgação, registro e publicidade. Vigência contemporânea e diferida. Incorporação ao Direito Interno. Violação. Conflito entre tratado e norma de Direito Interno. Extinção. Convenção. Acordos. Protocolo. j) DIREITO AMBIENTAL: Responsabilidade ambiental. Conceito de dano. A reparação do dano ambiental. Responsabilidade civil. Responsabilidade administrativa. Distinção entre o ilícito civil e o ilícito penal.